

A LÍNGUA COMO ESTRUTURADORA DO PENSAMENTO CRÍTICO E TRANSFORMADOR DA CRIANÇA SURDA

Jussara Aparecida Jombra¹
Pâmela Ribeiro Froguel²
Luciano Froguel³
Joel Haroldo Baade⁴

Recebido em: 2 nov. 2023
Aceito em: 16 dez. 2023

RESUMO: A criança surda se comunica com mais facilidade através de gestos e emprega a língua de sinais como primeira língua, mas esta criança está inserida em um contexto com uma língua oral dinâmica e complexa. O educador neste contexto tem grande desafio. A motivação de respaldar o agir do educador encontrou luz nas contribuições de Vygotsky, Morin e Habermas e nas políticas públicas linguísticas. Neste artigo busca-se entender a importância da linguagem, da língua, da interação social na organização e construção do pensamento do aluno surdo. Para esta compreensão utilizou-se como metodologia, a pesquisa e revisão bibliográfica dos assuntos pertinentes. Conclui-se que mediar o mais precocemente que a criança surda se constitua na língua de sinais, desenvolva a comunicação em suas relações sociais e apresente uma interface com língua oral, contribui para minimizar a educação fragmentada e possibilita a formação da pessoa politicamente ativa e capaz de transformar a sociedade.

Palavras-chave: Língua. Linguagem. Comunicação. Criança surda. Complexidade.

LANGUAGE AS A STRUCTURER OF CRITICAL AND TRANSFORMATIVE THINKING OF DEAF CHILDREN

ABSTRACT: The deaf child communicates more easily through gestures and uses sign language as their first language, but this child is inserted in a context with a dynamic and complex oral language. The educator in this context faces a great challenge. The motivation to support the educator's actions found light in the contributions of Vygotsky, Morin, and Habermas, and in public language policies. This article seeks to understand the importance of language, language,

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Secretaria Municipal de Educação de Caçador. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3191-9506>. E-mail: jussara.aparecida@uniarp.edu.br.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0310-4596>. E-mail: pamelaribeiro004@gmail.com.

3 Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5675-5524>. E-mail: lucianofroguel@gmail.com.

4 Doutor. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profisisonal em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>. E-mail: baadejoel@gmail.com.

social interaction in the organization and construction of the deaf student's thinking. For this understanding, the methodology used was research and bibliographic review of relevant subjects. It is concluded that mediating as early as possible that the deaf child constitutes itself in sign language, develops communication in its social relations, and presents an interface with oral language, contributes to minimizing fragmented education and enables the formation of a politically active person capable of transforming society.

Keywords: Language. Communication. Deaf student. Complexity.

INTRODUÇÃO

Pensar a educação é fazer uma viagem para entender o caminho percorrido pelas teorias educacionais vigentes e suas contribuições na construção do modelo de educação. Esse caminho está embasado em estudos relevantes sobre o ensino e a aprendizagem, construído por pensadores e pesquisadores, de acordo com o período histórico e cultural por eles vividos, ainda mostra grande relevância até os dias atuais. Tais pensadores são referência para construção da concepção de educação por parte dos educadores ainda hoje.

Entre os vários teóricos que influenciaram na formação filosófica educacional, destacam-se alguns que contribuíram mais significativamente com estudos voltados à linguagem na construção dos saberes e habilidades cognitivas do educando, entre eles Vygotsky (2010). Se opondo aos modelos tradicionais, cartesianos e simplificadores, temos Edgar Morin (2020) que instaura a complexidade como princípio norteador da prática educativa. Para Jürgen Habermas (1989 apud LIMA, 2021) filósofo e sociólogo alemão, adepto da teoria crítica e do pragmatismo, a linguagem dotada da razão contribui para a formação crítica e democrática do cidadão.

Além das influências das concepções sobre desenvolvimento da linguagem, pensamento, cognição, papel da interação social, língua no agir educacional, destacamos as implementações e conquistas das políticas públicas linguísticas que através de ações governamentais promovem o respeito e a valorização da diversidade linguística de um país.

Diante destes referenciais pode-se entender como a educação é um fenômeno completo e como, por exemplo, a aquisição da linguagem pode interferir na formação da cognição, levando o educando a desenvolver o pensamento crítico.

Se educar uma criança ouvinte inserida em uma língua oral é complexo, acentuadamente desafiador é educar uma criança surda com língua de sinais e

inserida língua oral no contexto histórico-cultural. O objetivo deste estudo é contribuir com o conhecimento que envolve a língua como estruturadora do pensamento crítico e transformador da criança surda.

PENSAMENTO E LINGUAGEM A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY

Uma expressiva contribuição para a teoria da educação foi a do psicólogo Lev Semenovitch Vygotsky, proponente da Psicologia histórico-cultural. Dentro desta proposta o indivíduo se constrói na interação com o meio no qual está. Ele foi o pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e que para tanto a comunicação através da língua seria o maior meio de interação. Suas contribuições foram valiosas para o entendimento dos processos mentais através da linguagem (VYGOTSKY, 2010).

A linguagem tem duas funções básicas: o intercâmbio social e o pensamento generalizante. A função de intercâmbio social pode ser percebida nos bebês, quando através de gestos, expressões e sons, conseguem demonstrar seus sentimentos, desejos e necessidades. A função de pensamento generalizante pode ser compreendida quando falamos por exemplo a palavra *boi* e mesmo sem ter visto um boi por perto, ter comido ou não sua carne, nosso pensamento classifica tal palavra na categoria animais e nos remete à sua imagem (ROMERO, 2015).

Assim é possível afirmar que a teoria de Vygotsky envolve os meios e sua estrutura social e a criança em crescimento se depara com situações, tanto mentais como físicas, e precisa aprender a resolver tais situações. A língua é vista como um dos instrumentos básicos inventados pela humanidade e a linguagem tem papel especial na organização e desenvolvimento dos processos de pensamento” (VYGOTSKY, 2010, p 26).

As colaborações de Vygotsky vão além da contribuição na estruturação do pensamento através da linguagem. Para ele, o ser humano influencia o meio ao mesmo tempo que é por ele influenciado e esta interação com o meio foi nomeada de sociointeracionismo. (ROMERO, 2015).

Assumindo que quanto mais precocemente o sujeito se apropria de uma língua, maior será a capacidade de desenvolver as habilidades cognitivas (VYGOTSKY, 2010).

Considerando como é indispensável essa relação social para a formação de conceitos, destacamos a escola ou meio educacional como um importante espaço para que esse desenvolvimento aconteça e os educadores como fundamentais mediadores neste complexo processo.

CONTRIBUIÇÕES DO EDGAR MORIN

Edgar Morin sociólogo teórico do pensamento complexo, defende a ideia de que a educação não deve ser fragmentada. Afirma que a educação deve ser pensada para o amanhã, e que seja significativa. Mais que “significativa deve ser uma educação humana nos sete saberes” (FILHO, 2016).

Segundo texto apresentado por Morin à Unesco:

Os Sete Saberes indispensáveis enunciados por Morin — As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; e a ética do gênero humano — constituem eixos e, ao mesmo tempo, caminhos que se abrem a todos os que pensam e fazem educação, e que estão preocupados com o futuro das crianças e adolescentes (MORIN, 2000, p. 12).

A educação é o meio que o sujeito tem para se transformar e mudar sua realidade, contribuindo com a transformação da sociedade na qual está inserido e, quando isso acontece verdadeiramente, essa mudança reflete no futuro. O ser humano é um ser pensante, e sujeito a errar, porém também capaz de corrigir os erros. Muitas vezes as ações humanas são guiadas pelas emoções, mas “...no mundo humano, o desenvolvimento da inteligência é inseparável do mundo da afetividade...” (MORIN, 2000, p. 20).

É possível relacionar a teoria de Morin com a ideia de que somos sujeitos socialmente ativos e afetivos; e, que para a pessoa ser agente transformador da sociedade, a linguagem tem significativa função. A linguagem não é apenas uma forma de transmitir informações, mas também uma forma de criar significado e representar a realidade. Sendo capaz de se comunicar, expressar opinião e ir além, ser agente de mudança da realidade social. Para que isso aconteça, a transformação deve partir da educação não fragmentada. “O conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento...” (MORIN, 2000, p. 20).

Morin (2000), com a teoria da complexidade, busca na educação

desfragmentada o reflexo na sociedade do agora e do amanhã. Assim, conclama a abandonar a visão de uma educação fragmentada do conhecimento, que isola os diferentes campos de estudo e buscar entender o sujeito dentro de seu momento, dar significado ao aprendizado para que ele saiba o porquê, e sinta a necessidade de aprender.

O pensamento complexo busca compreender a realidade em sua totalidade. Assim, para que o ser evolua, ele deve ser educado percebendo o conhecimento como algo significativo para a sua existência. Conforme Morin, "...o homem depende, para sua evolução, tanto cultural, quanto biológica, da educação sociocultural e de um meio complexificado pela cultura" (MORIN apud ESTRADA, 2009, p. 89).

A educação é um dos campos mais desafiadores, pois lida com a complexidade inerente à humanidade e ao mundo em que vivemos. A educação precisa, portanto, ir além da mera transmissão de informações e fatos isolados. Ela deve buscar relacionar os conhecimentos às suas origens e contextos, mostrando como eles se interligam e se aplicam na realidade.

CONTRIBUIÇÕES DE JURGEN HABERMAS

Entre os grandes pensadores que cooperaram significativamente no estudo da comunicação transformadora e sua contribuição na organização do pensamento, temos o alemão Jünger Habermas, filósofo e sociólogo que fez parte da escola de Frankfurt e é entusiasta da teoria crítica e do pragmatismo e da teoria do agir comunicativo.

O pensamento habermasiano está vinculado à Teoria Crítica e ao Pragmatismo contemporâneo, uma vez que realizou estudos empíricos nos campos da ética e política, tendo como objetivo uma aplicação prática de sua teoria. Os estudos e reflexões feitos levaram-no à elaboração da Teoria do Agir Comunicativo (LIMA, 2021, p. 22).

Para ele, a idéia de comunicação vai muito além de troca de informações, antes é um instrumento de transformação social, e que a racionalização da comunicação, estabelece harmonia entre teoria e prática (LIMA, 2021). Em sua teoria comunicativa ressalta a importância da comunicação para a relação do indivíduo com a ciência e, conseqüentemente, a mudança social.

É possível compreender que para Habermas, a linguagem envolve nosso ponto de vista e as diferentes situações que ocorrem no dia a dia, relacionadas à

interação social. As situações externas contribuem diretamente na nossa forma de pensar e agir. Neste momento é necessário retornar à reflexão sobre a importância da comunicação significativa e reflexiva. Na construção de uma sociedade democrática e de valores indispensáveis a todos os seres humanos, compreender o que acontece ao nosso redor e porque acontece, ou, mais do que isso, nós podemos transformar os acontecimentos em aprendizado para mudar a realidade política social (HABERMAS, 1989 *apud* LIMA, 2021).

Como podemos perceber ainda em Lima (2021, p. 30): “Construir uma sociedade democrática, justa e igualitária deveria ser um objetivo perseguido por todos os atores sociais”. Nada disso é possível sem que haja comunicação que expresse verdadeiramente o pensamento ético e organizado.

Tomando como reflexão a ação comunicativa da educação, Casagrande (2008) corrobora para validar esta reflexão.

Além disso, podemos acrescentar a necessidade de que a educação colabore na formação para a interação e para a convivência social pela internalização de regras sociais e pelo desenvolvimento progressivo da moralidade, bem como auxilie na estruturação da personalidade e da identidade do eu de cada educando. Trata-se, fundamentalmente, de formar os sujeitos para a competência comunicativa, para a convivência social, para a busca de entendimentos, de consensos e de coordenação das ações e para a capacidade auto-expressiva e estética (CASAGRANDE, 2008, p. 10).

Independente do perfil sociocultural do aluno, necessidade educativa, seja ele surdo, autista, estrangeiro. É dever da educação contribuir para a formação de um cidadão capaz de ter habilidades comunicativas, saber ouvir e falar com ações cognitivas fundamentadas em conhecimento adquiridos através das práticas educativas, colaborando na estruturação da identidade democrática e na convivência ética em sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS LINGUÍSTICAS

Até o momento foram destacadas as teorias e concepções da linguagem associadas ao pensamento, à língua como instrumento de interação social e à constituição de sujeito politicamente ativo e transformador social a partir das abordagens de Vygotsky, Morin e Habermas.

Verifica-se a inquestionável importância da linguagem como estruturadora do pensamento crítico, na formação constituição não só a do aluno surdo, mas de todos os educandos. Paralelamente à estas funções da linguagem, temos a língua enquanto

instrumento dinâmico e objeto de estudo das políticas públicas linguísticas.

As políticas públicas são instrumentos democrático de garantia de direitos a todos os cidadãos de uma nação que valoriza a igualdade e a diversidade. Entre as diversas políticas públicas existentes temos também as Políticas Linguísticas, as quais referem-se a como a sociedade se relaciona com as línguas, como as línguas se relacionam entre si e de que forma isso influencia na formação cultural de uma comunidade ou nação de acordo com a reflexão de Torquato, as Políticas Linguísticas são:

Neste sentido, as políticas linguísticas consistem em um conjunto de propostas de um grupo de pessoas que conscientemente visa estabelecer relações entre língua e sociedade, focalizando os lugares e as formas de uso da(s) língua(s). Esses grupos podem ser supranacionais (lusofonia, francofonia) ou podem ser representantes de grupos sociais e étnicos no interior de um mesmo Estado político (catalães, flamengos, bascos, grupos étnicos latino-americanos e africanos). Mediante a possibilidade de outros atores sociais criarem demandas relativas às questões linguísticas, o Estado reserva para si o planejamento linguístico, garantindo a exclusividade de legislar sobre as línguas com o objetivo de garantir o controle sobre as reivindicações e ações político identitárias de seus cidadãos (TORQUATO, 2010, p. 8).

O Brasil tem uma grande diversidade linguística, resultado de sua povoação majoritariamente africana e europeia, porém, o estudo e criação de políticas linguísticas é algo relativamente novo no país.

[...] tendo em vista que a conjuntura sociopolítica e econômica brasileira e mundial tem favorecido a discussão de temas relacionados à política linguística. Considerem-se, por exemplo, as pesquisas atuais sobre políticas para LIBRAS, para línguas indígenas e de imigração, para o português como língua estrangeira etc. (SILVA, 2013).

As políticas linguísticas são um conjunto de decisões e medidas adotadas por governos, instituições e comunidades para regular o uso e o status das línguas em uma determinada área geográfica ou contexto sociocultural. Essas políticas podem ter diferentes abordagens, dependendo do contexto e das necessidades específicas de cada lugar. A política linguística pode estabelecer uma ou mais línguas oficiais de um país ou região (SILVA, 2013).

Este aspecto particularmente permeia o interesse deste estudo, onde a criança surda no seu processo de aprendizagem está exposta à duas línguas uma gestual e outra oral.

No Brasil temos como exemplo a Língua Brasileira de Sinais, que é a segunda língua oficial da nossa nação. A Lei 10.436/2002 diz, “Art. 1º É reconhecida como meio

legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002).

De acordo com Calado (2016), as políticas públicas e as políticas linguísticas se relacionam para a implementação de mecanismos de intervenção educacional no âmbito público e desenvolvimento de ferramentas e diretrizes de ensino voltado para as línguas.

É importante ressaltar que as políticas linguísticas na educação devem ser adaptadas às necessidades e características específicas de cada contexto, e que melhor reflitam na formação político sociocultural de seus falantes.

Temos no Brasil o IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística), que é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter cultural e educacional, fundada em 1999, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, e que representa os interesses da sociedade civil. O IPOL é um órgão voltado exclusivamente aos estudos das políticas linguísticas e à defesa da diversidade de línguas, considerando que o Brasil é um país plurilingue.

[...] diversas comunidades linguísticas que integram a cidadania brasileira têm direito a manter suas línguas, culturas e nacionalidades, em conformidade com o que rege a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” (IPROL, 1999, s/p).

A diversidade linguística e cultural é uma riqueza que deve ser valorizada, e as políticas linguísticas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades, no respeito à diversidade e na construção de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

De acordo Gonçalves (2020, p. 259),

A noção de direitos linguísticos passou a ser progressivamente mobilizada a partir da explosão normativa do direito internacional no período que seguiu a 1ª e a 2ª Guerra Mundial, principalmente após sucessivos documentos internacionais tratarem da não-discriminação de minorias produzidas pelos deslocamentos de pessoas provocadas pelos conflitos bélicos daquele tempo histórico.

Esta reflexão teve o intuito de explorar as políticas públicas linguísticas no Brasil e compreender suas contribuições para a formação do pensamento complexo e crítico. Além disso, busca-se enfatizar que a diversidade cultural, incluindo as línguas, é um direito de uma nação democraticamente reconhecida e que vai além de ser apenas um patrimônio cultural, sendo também um patrimônio pessoal. Dentre as línguas objeto de estudo, destaca-se a língua de sinais, que é reconhecida como

segunda língua oficial do Brasil e é a língua natural das pessoas surdas. Ao conhecer a diversidade linguística como um direito, o Brasil fortalece sua democracia, uma vez que uma nação democrática deve assegurar que todos os cidadãos tenham o direito de se expressar e de serem compreendidos em sua língua materna.

Vale destacar que há diferença marcante entre língua e linguagem, onde a língua é uma construção social e cultural de todos os povos, porém parte essencial da linguagem. Dessa forma, Goldfeld (*apud* DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 4) apresenta:

A linguagem por sua vez é tida como tudo que envolve significação, que tem valor semiótico, não se restringindo apenas a uma forma de comunicação, e é nela que o pensamento do indivíduo é constituído. A autora refere, ainda, que a linguagem está sempre presente no sujeito, até quando este não está se comunicando com outras pessoas; assim ela constitui o sujeito, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental na formação plena da pessoa surda ou ouvinte, tendo em vista que é o meio no qual a interação social ganha significado, contribuindo na formação de conceitos, significado e significante.

As políticas públicas linguísticas referem-se às ações governamentais que visam promover o respeito e a valorização da diversidade linguística de um país. No caso do Brasil, essas políticas têm como objetivo garantir o reconhecimento e o uso adequado das línguas presentes em seu território, incluindo a língua de sinais. É importante destacar que a língua de sinais é reconhecida como segunda língua oficial no Brasil na modalidade falada, porém na modalidade escrita é impedida de substituir o português (BRASIL, 2005). Nesse sentido, a filosofia linguística mais adequada para educação de surdos é o bilinguismo. Língua de sinais na modalidade falada como primeira língua, ou natural da pessoa surda, e na modalidade escrita a língua portuguesa, língua materna da nação e segunda língua da pessoa surda.

A língua de sinais, como segunda língua oficial do Brasil, desempenha um papel central nesse contexto. Reconhecer e respeitar a língua de sinais contribui para a inclusão e a participação plena das pessoas surdas na sociedade. Através da educação, é possível promover a formação integral dessas pessoas, garantindo seu acesso a conhecimentos e oportunidades, bem como promovendo sua inclusão social. De acordo com o apresentado por Witchs (2020, p. 362), “[...] é possível observar um movimento que conecta as línguas de sinais a uma característica da deficiência a ser

corrigida ou governada; e as políticas de línguas de sinais às políticas educacionais de inclusão”.

As políticas linguísticas têm um impacto significativo na educação básica, tanto em termos de desafios quanto de contribuições. Entre algumas das principais influências e contribuições das políticas linguísticas na educação básica pode-se dizer que a Inclusão e equidade ganham destaque. As políticas linguísticas podem promover a inclusão e a equidade ao garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais em sua língua materna. Ao reconhecer e enfrentar a diversidade linguística presente em uma sociedade, as políticas linguísticas podem garantir que as minorias linguísticas não sejam marginalizadas e que todos os alunos possam participar plenamente da educação.

A partir da aquisição de uma língua, a criança passa a construir sua subjetividade, pois ela terá recursos para sua inserção no processo dialógico de sua comunidade, trocando idéias, sentimentos, compreendendo o que se passa em seu meio e adquirindo, então, novas concepções de mundo (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 5).

As referidas políticas desempenham significativas contribuições para a qualidade da educação básica. Sendo uma delas o aprendizado efetivo, as políticas linguísticas podem promover um ambiente rico de aprendizado ao reconhecer a importância da língua materna dos alunos. Pesquisas mostram que os alunos têm um desempenho melhor quando recebem instrução em sua língua materna durante os primeiros anos na educação. Ao permitir o uso da língua materna, as políticas linguísticas facilitam a compreensão dos conceitos e a participação ativa dos alunos, desenvolvida em uma aprendizagem mais significativa.

No Brasil, outro aspecto muito importante atrelado às políticas linguísticas nas Línguas de sinais é a contribuição amplamente para uma série de implementações, tais como: a criação de cursos de licenciatura para formar professores de Libras e a criação de cursos de bacharelado para tradutores e intérpretes de Libras-Português-lei nº 12.319/2010 (ANDRADE, 2020), deste modo oportunizando capacitação aos educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho em direção a uma educação transformadora e uma sociedade mais igualitária é complexo e não linear. É um processo contínuo que envolve acertos

e erros (MORIN, 2000). Em sua teoria Morin busca desfragmentar os saberes, integrando diferentes áreas de conhecimento em uma abordagem contextualizada. Ele propõe uma educação para o amanhã, que seja afetiva e significativa, capaz de preparar os indivíduos para lidar com a complexidade e conflitos do mundo contemporâneo. Morin destaca a importância da linguagem como um processo fundamental de manifestação do pensamento e da cultura do sujeito. Através da linguagem, expressamos nossas ideias, experiências e conhecimentos, construindo significados e compartilhando saberes com os outros. A linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas também uma forma de construção e expressão do pensamento.

Nesse sentido, as ideias de Vygotsky, mesmo pertencendo a um momento histórico diferente, são igualmente relevantes. Vygotsky também enfatiza a importância da linguagem como meio pelo qual o pensamento se manifesta. Ele argumenta que a linguagem é influenciada pelo meio e pelas relações sociais, sendo um aspecto central no desenvolvimento cognitivo e na construção do conhecimento.

Outro pensador que traz conhecimento significativos para o desenvolvimento da comunicação significativa e para a educação é Jürgen Habermas e a teoria do agir comunicativo. Para Habermas a comunicação é fruto da linguagem. De acordo com Lima (2021, p. 15):

A linguagem permeia toda a vida humana, fazendo-se presente em todos os momentos e processos vivenciados pelos sujeitos, seja de forma verbal ou não-verbal. Ela não é simplesmente um canal de comunicação, mas também uma forma de ordenamento do mundo, possibilitando aos indivíduos meios de atuação mais efetivos na realidade. Ambos os pensadores reconhecem a importância da linguagem como um elemento essencial na educação e na construção do conhecimento.

Ao observar o contexto político-social da humanidade em todos os tempos, é possível observar que a linguagem se manifesta através da língua na forma de discurso. "... a linguagem se manifesta através da língua" (LIMA, 2021, p. 17). Porém essa manifestação pode ocorrer não só por meio oral e sim, nas mais diversas formas de expressão, seja gestual, escrita, digital ou oral. O sujeito necessita de habilidades cognitivas capazes de expressar seu pensamento. Isso só é possível através do conhecimento, o qual tem como maior meio de mediação a educação. Neste ponto fica claro a importância de conhecer mais a fundo a contribuição de Habermas para entendermos a real importância da linguagem como meio de expressão de opiniões. Ainda em Lima (2021). Manifesta a ideia de que a função da linguagem não é

puramente descrever reflexivamente o mundo, mas comunicar e realizar atos.

Desta forma, ao fazer um paralelo entre os pensadores, Habermas, Vygotsky e Morin, mesmo em tempos diferentes e com teorias distintas, é possível afirmar que concordam na importância da linguagem como meio de expressar ideias e agir no mundo. Inclusive na visão de que a linguagem não apenas reflete o pensamento, mas também influencia e é influenciada pelo meio e pelas relações sociais. Essas ideias são fundamentais para uma educação que busca ser transformadora, significativa e capaz de promover uma sociedade mais igualitária.

Ao pensar na linguagem cognitiva como estruturadora do pensamento crítico e transformador da criança surda, procura-se entender a importância da linguagem na aquisição da linguagem e naturalmente organização do pensamento crítico (MOSCHEM, 2011). Estudar a estrutura da língua e como ela funciona significa tentar entender como o pensamento humano é estruturado e organizado, para o funcionamento de nosso sistema cognitivo. E ao falar da criança surda é importante entender que para ela ser capaz de expressar suas ideias ela precisa falar uma língua que lhe dê condições para isso. E o canal oral talvez não seja o mais apropriado, pelo simples fato de que para falar oralmente tem que ouvir, a fala é construída como reflexo da audição. Se uma pessoa não tem acuidade auditiva, ela naturalmente não terá acesso à fonética da língua, não conseguirá construir conceitos e nem os manifestar pela fala. Nesta lógica é indispensável aprofundar os estudos sobre a importância da criança surda adquirir uma língua o mais precocemente, que lhe permita construir, organizar e manifestar os pensamentos.

Vygotsky expressa em sua teoria que o indivíduo se constrói na interação com o meio. Já Moran vai além, deixando claro a importância da educação na formação da pessoa, quando ele diz que, a educação é o meio que o sujeito tem para se transformar e mudar sua realidade. E, Habermas traz à luz a teoria do agir comunicativo. Ao dizer que a comunicação é um instrumento de transformação social e é a racionalização da comunicação, estabelecendo assim harmonia entre teoria e prática.

Todos os teóricos trazem grandes contribuições para entendermos a importância da comunicação através da língua, e, para que a criança surda possa ser realmente incluída na sociedade com igualdade de condições e equidade, ela tem direito a aprender uma língua que lhe permita manifestar suas ideias. Isso só é possível quando as políticas públicas foram cumpridas. Principalmente as políticas

linguísticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandre de Melo; PARRA, Claudia. Apresentação. **Travessias Interativas**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. pp. 198–199, 2018. DOI: 10.51951/ti.v8i16. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/10254>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Decreto de Regulamento da Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Lei da Língua Brasileira de Sinais; **Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais)**. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Brasil, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-norma-pl.html>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL, Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). **LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010**. (Redação dada pela Lei nº 14.704, de 2023).

CALADO, Jamile (org.). **As políticas linguísticas e as políticas públicas**. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/as-politicas-linguisticas-e-as-politicas-publicas/817452561>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CASAGRANDE, C. A. Habermas e a ação comunicativa: por uma leitura da educação na pós-modernidade. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2017. DOI: 10.5335/rep.v15i1.7507. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7507>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, 2005. DOI: 10.1590/S0101-73302005000200014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ESTRADA, Adrian Alvarez. **OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DA COMPLEXIDADE EM EDGAR MORIN**. Umuarama: Akropolis, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235577216.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Culture of Peace and Education for Peace: views from the theory of Edgar Morin Complexity**. 2016. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1211>. Acesso em: 05 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

LIMA, Fabiana Soares da Cruz. **O ensino de filosofia a partir da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701998/1/UNIMONTES-FabianaLima->. Acesso em: 01 out. 2023.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA (Florianópolis) (org.). **IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística**. Florianópolis:1999. Disponível em: <http://ipol.org.br/sobre-o-ipol>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MATARUCO, Lidiane Larissa Fresque. **Da aquisição da linguagem à constituição da identidade: os desafios em ser filha de pais surdos**. Ribeirão Preto: Universitário Moura Lacerda, 2019.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. Pensamento E Linguagem: Percurso Piagetiano De Investigação. Language and Thought: Piaget's Course of Investigation. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 1, p. 119-27, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/fCP8sTNyyMf7rcmgvVxY8Ds/?format=pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOSCHEM, Marcela de Almeida. **Riobaldo e Diadorim**: Um estudo dos esquemas de imagem dentro do cenário criado pela metáfora da travessia. Unesp, Araraquara: 2011. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/2262.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

NEGREIROS, Karine Albuquerque de. **As contribuições da perspectiva translíngue para ensino bilíngue de surdos**: uma análise das produções escritas de alunos do ensino fundamental. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Ufms, 2019.

NEVES Daniella Gualberto; MACHADO, Luciana De Fátima Da Silva Lana. Avaliação Educacional: interfaces de conceitos, termos e perspectivas (Resenha). **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, p. e-620, 2023. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/620/450>. Acesso em 01 jul. 2023.

PRADO, R.; COSTA, V. A. da. Políticas de Inclusão e Práticas Pedagógicas na Educação de Alunos Surdos: Desafios do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S. l.], v. 14, n. 35, p. 282–312, 2017. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/3191>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RAMOS, D. M.; LACERDA, C. B. F. de. Análise de avaliações pedagógicas propostas para alunos surdos em contexto educacional inclusivo bilíngue. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 2, p. 817–835, 2016. DOI: 10.21723/RIAEE.v11.n2.p817. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8161>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Ré, A. D., Hilário, R. N., & Vieira, A. J.. A linguagem da criança na concepção dialógico-discursiva: retrospectiva e desafios teórico-metodológicos para o campo de Aquisição da Linguagem. **Bakhtiniana: Revista De Estudos Do Discurso**, v. 16, n. 1, p. 12-38, 2021. <https://doi.org/10.1590/2176-457348071>.

ROMERO, Priscila Breve estudo sobre Lev Vygotsky e o sociointeracionismo. **Revista Educação Pública**, 2015. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/8/breve-estudo-sobre-lev-vygotsky-e-o-sociointeracionismo>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SIGALES-GONÇALVES, Jael Sânera. A NOÇÃO DE DEVERES LINGUÍSTICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONFIGURAÇÃO DO DIREITO LINGUÍSTICO NO BRASIL. **Travessias Interativas**, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 256–278, 2020. DOI: 10.51951/ti.v10i22. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/15329>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SOARES, R. da S. A Psicologia Política das Políticas Públicas e as Políticas Linguísticas Brasileiras: foco na educação de surdos. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 47-67, 2020. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v10p47-67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/147557>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SILVA, A. L. da; GOMES, A. M. Avaliação educacional: concepções e embates teóricos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 350-384, 2018. DOI: 10.18222/eae.v29i71.5048. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/5048>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SILVA, Natália Ayres da. **Pensamento e linguagem na psicologia histórico-cultural**: contribuições de vigotski, luria e leontiev para a educação. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11272457. Acesso em: 09 set. 2023.

TORQUATO, Cloris Porto. Políticas linguísticas, linguagem e interação social. **Revista Escrita**, Rio de Janeiro, n. 11, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16370/16370.PDF>. Acesso em: 19 jul. 2023.

VIGOTSKII, Lev Semenovich, 1896-1934 V741L. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. Disponível: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev>

[Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf](#). Acesso em: 03 jul. 2023.

WITCHS, Pedro Henrique. Políticas de línguas de sinais: a inclusão linguística em uma perspectiva transnacional. **Travessias Interativas**, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 352-365, 2020. DOI: 10.51951/ti.v10i22. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/15342>. Acesso em: 1 jul. 2023.